

Investigação sobre as percepções dos professores em relação ao processo de ensino mais inclusivo no contexto escolar

DOI: <https://doi.org/10.33871/23594381.2022.20.2.7-21>

Rozelaine de Fatima Franzin¹, Antonio Vanderlei dos Santos², Alioha Caetano Zandona³

Resumo: O presente estudo justifica-se pelas inquietações dos pesquisadores perante ao ensino de alunos surdos, pois tem-se resultados de estudos de outros autores, como Franzin e Geller (2019), Nascimento et al. (2015), Gil (2008), Smolski *et al.* (2020), Franzin, Zwan, Callegaro (2020) e Booth e Ainscow (2000), entre outros, que abordam o processo de ensino, inclusão de alunos surdos e formação docente qualificada e adequada para atender a demanda de alunos com algum tipo de deficiência. Assim as perguntas que envolvem essa pesquisa estão centradas em: como está a qualificação docente perante questões inclusivas? A prática pedagógica está centrada em metodologias inclusivas? Nesse sentido, o objetivo principal é investigar de que forma o professor está atuando no contexto inclusivo a fim de contribuir com o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos, que convivem num contexto escolar regular com diversas realidades. A investigação é do tipo qualitativo, utilizando-se como uma das fontes principais de dados, entrevistas com professores segundo Jones *et al.* (1996). Segue a metodologia de Carmo e Ferreira (1998), em relação a formulação das perguntas e forma mediatizada de contatar com os inquiridos e ocorreram de forma remota via formulário do google e a análise e interpretação foi baseada em Bardin (2009). A análise das informações supracitadas e os resultados demonstraram que a maioria dos professores já tiveram ou tem alunos com alguma deficiência e que na sua maioria, não usam metodologias diferenciadas para ensino, mas se mostraram preocupados em querer se qualificar e melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. Conclui-se que existe diversas metodologias que podem ser utilizadas pelos professores em sala de aula para trabalhar com alunos surdos que possibilitam a construção do conhecimento e melhoria no processo de ensino, além de disponibilizar aos professores novas formas de organizar sua prática pedagógica.

Palavras chaves: docente, ensino, inclusão, qualificação, surdez.

Research on teachers' perceptions of a more inclusive teaching process in the school context

Abstract: The present study is justified by the concerns of researchers regarding the teaching of deaf students, as there are results of studies by other authors, such as Franzin and Geller (2019), Nascimento et al. (2015), Gil (2008), Smolski et al. (2020), Franzin, Zwan, Callegaro (2020) and Booth and Ainscow (2000), among others, which address the teaching process, inclusion of deaf students and qualified and adequate teacher training to meet the demand of students with some type of disability. deficiency. So the questions that involve this research are centered on: how is the teaching qualification facing inclusive issues? Is the pedagogical practice centered on inclusive methodologies? In this sense, the main objective is to investigate how the teacher is

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI. Doutora em Engenharia de Produção e-mail: rozelaine@santoangelo.uri.br.

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI. Doutor em Ciências. e-mail: vandao@san.uri.br

³ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões –URI. Mestranda em Ensino Científico Tecnológico. e-mail: alioha-zandona@educar.rs.gov.br

acting in the inclusive context in order to contribute to the teaching-learning process of deaf students, who live in a regular school context with different realities. The investigation is qualitative, using as one of the main sources of data, interviews with teachers according to Jones et. al. (1996). It follows the methodology of Carmo and Ferreira (1998), in relation to the formulation of the questions and the mediated way of contacting the respondents, which took place remotely via a google form, and the analysis and interpretation was based on Bardin (2009). The analysis of the aforementioned information and the results showed that most teachers have had or have students with a disability and that most of them do not use different methodologies for teaching, but they are concerned about wanting to qualify and improve the teaching-learning process. of students with hearing impairment. It is concluded that there are several methodologies that can be used by teachers in the classroom to work with deaf students that enable the construction of knowledge and improvement in the teaching process, in addition to providing teachers with new ways of organizing their pedagogical practice.

Keywords: teacher, teaching, inclusion, qualification, deafness.

Introdução

No atual contexto do ensino de surdos, existe a preocupação em realizar formações para os professores, a fim de prepará-los com aulas mais inovadoras e inclusivas. É de vital importância um professor mais qualificado para que a aprendizagem dos alunos realmente aconteça e dessa forma tornar o aluno protagonista da sua aprendizagem. Assim, o trabalho de pesquisa se justifica pelas inquietações dos pesquisadores perante ao ensino de alunos surdos, pois tem-se obtido resultados de outros estudos como Franzin e Geller (2019), Nascimento *et al.* (2015), Gil (2008), SMOLSKI *et al.* (2020), Franzin, Zwan, Callegaro (2020) e Booth e Ainscow (2000), entre outros que abordam o processo de ensino, inclusão de alunos surdos e formação docente. A importância da formação, como forma de auxílio direto aos professores que atuam com os alunos surdos na sala de aula regular, o que é muito importante. Existe uma preocupação em incluir o aluno, da educação regular, o que é essencial, mas na maioria das vezes não se tem esse mesmo cuidado com professor que também precisa ser incluído nesse processo. Muitas vezes os professores não têm qualificação específica para atender a demanda de seus alunos que possuam algum tipo de deficiência. Diante disso, a preocupação com a formação dos professores de uma forma mais adequada e com a utilização de metodologias específicas torna-se necessária e urgente. Desse modo, as perguntas de pesquisa que envolvem o estudo estão centradas em: como está a qualificação docente perante questões inclusivas? A prática pedagógica está centrada em metodologias inclusivas? Nesse sentido, a fim de resolver as perguntas deve-se estabelecer o objetivo geral da pesquisa que é investigar de que forma o professor está atuando no contexto inclusivo, a fim de, contribuir com o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos. A partir da pesquisa se tem um parâmetro das

dificuldades encontradas em sala de aula pelos professores que desenvolvem seu trabalho e assim, tentar ajudar na sua prática diária. Para responder às questões de pesquisa, a metodologia está baseada inicialmente na análise das informações, que foram levantadas por meio de entrevistas aos professores tendo assim um caráter qualitativo. A pesquisa procura contribuir na perspectiva do desenvolvimento de trabalhos de professores com alunos surdos. Inicialmente discute-se a teoria usada para desenvolvimento da pesquisa, posteriormente estabelecida a metodologia mais detalhadamente, uma seção onde apresenta-se alguns resultados e análise dos mesmos, e por fim algumas considerações.

Desenvolvimento

O professor não inicia sua carreira profissional sabendo tudo, essa constituição do conhecimento se dá ao longo do trabalho, sendo necessário um diálogo entre seus pares com trocas de ideias, conteúdos, para que aja uma melhor qualificação da sua prática docente. Deve estar aberto e preparado para novas possibilidades, desenvolvendo em sala de aula um trabalho dinâmico e inovador sempre buscando integrar, inovar, atrair e cativar os alunos no processo de ensino aprendizagem.

Quando se fala de inclusão, pode-se perceber que não é algo muito fácil, porque para que a inclusão realmente exista é necessário que o aluno surdo consiga estar em sintonia com os professores e colegas. Cada aluno com suas particularidades, originalidade, e também muito esforço em desenvolver as atividades teóricas e práticas na nossa sociedade realizando assim um trabalho em conjunto visando a aprendizagem de todos.

O professor como mediador desse processo de ensino, precisa conhecer a realidade de cada aluno e realizar seu trabalho de modo que consiga atingir seus objetivos, envolvendo a todos por meio das discussões, da abordagem dos conceitos. Alguns estudos como de Nascimento *et al.* (2015) apresenta que os métodos utilizados no ensino aprendizagem de alunos surdos da Rede Pública Estadual na maioria das vezes são expositivos por meio de quadro e/ou livros.

O processo de inclusão dos alunos surdos não é uma receita pronta, cada profissional vai desenvolver a sua prática a partir da realidade de cada aluno. Organizar um trabalho diferenciado para cativar e instigar seus alunos na aprendizagem.

Para Franzin e Geller, “os professores na sua maioria precisam de capacitação para obtenção de conhecimento necessário para organizar suas aulas dentro desse contexto, adotando metodologias e estratégias adequadas para alunos surdos.”(2019, p.365).

Uma parte dos professores da Rede Pública da região de abrangência da 14ª CRE-Coordenadoria Regional de Educação do Rio Grande do Sul não está capacitada para trabalhar com alunos surdos. Na sua maioria não possuem o domínio de Libras, que é essencial para ensinar qualquer conteúdo – e nem a qualificação para ministrar aulas com o uso de ambientes virtuais de aprendizagem. Muitos professores devido sua carga horária extensa não conseguem destinar um tempo para buscar novos cursos de formação fora do ambiente de trabalho, até por vezes questões pessoais ou financeiros.

Segundo Nascimento et al.

[...] professores relataram que a educação dos surdos é prejudicada pela falta de material visual, docentes desqualificados para ensinar os surdos que são integrados na rede regular de ensino e falta de acesso à internet dentro da escola. (NASCIMENTO *et al.* 2015, p.11)

Portanto, a educação inclusiva com a formação qualificada dos professores da Educação Básica é uma necessidade urgente que deve ser atendida. É primordial que se invista em pesquisas que atendam às necessidades da comunidade escolar em temas que carecem de estudo num contexto mais inclusivo.

O Decreto nº 10.502/2020 no Art. 4º dispõe os objetivos da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - garantir os direitos constitucionais de educação e de atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
II - promover ensino de excelência aos educandos da educação especial, em todas as etapas, níveis e modalidades de educação, em um sistema educacional equitativo, inclusivo e com aprendizado ao longo da vida, sem a prática de qualquer forma de discriminação ou preconceito;
III - assegurar o atendimento educacional especializado como diretriz constitucional, para além da institucionalização de tempos e espaços reservados para atividade complementar ou suplementar;
IV - assegurar aos educandos da educação especial acessibilidade a sistemas de apoio adequados, consideradas as suas singularidades e especificidades;
V - assegurar aos profissionais da educação a formação profissional de orientação equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, com vistas à atuação efetiva em espaços comuns ou especializados. (BRASIL, 2020, p.2-3).

Os sistemas educacionais, tanto da educação básica quanto superior, estão tentando se adequar às diretrizes de bases da educação, mas o que se observa é que essa temática anda a passos lentos. Faltam ainda práticas que realmente venham a incluir os alunos surdos no contexto escolar e social.

Segundo Gil (2008)

[...] para a realização de práticas inclusivas de sucesso nas escolas com alunos com necessidades educacionais especiais, é necessário realizar processos de inserção desses alunos e alunas, no sentido de que a sua integração nas escolas regulares seja feita de forma a eliminar todas as barreiras que impeçam a sua aprendizagem e a sua participação ativa em todos os processos educacionais que levem à sua formação para a cidadania. (GIL, 2008, p.35).

A inclusão de alunos no sistema regular de ensino é um processo que está sendo implantado no mundo todo. Nas últimas décadas têm-se consolidadas políticas públicas em vários países e também no Brasil visando atender as diretrizes de bases da educação que atendam as reivindicações de movimentos sociais para consolidação de sistemas educacionais inclusivos.

Para Franzin, Zwan, Callegaro

Para que se tenha um sistema educacional inclusivo, parte-se do princípio de que todos são iguais e podem aprender, sendo a educação um direito de todos, conforme descrito nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal de 1988, bem como nas demais leis que amparam esses alunos. Para que se respeitem e se reconheçam as inúmeras diferenças, é preciso primeiramente reorganizar as concepções e o modo de pensar e agir das pessoas (FRANZIN, ZWAN, CALLEGARO, 2020, p.11)

É preciso reeducar a sociedade para essa questão de inclusão, destruir a ideia de padrões e trabalhar com fatos reais com que os professores estão encontrando nas escolas públicas. Acreditar na melhoria do ensino na integração de todos no meio em que se vive, uma sociedade mais justa e integradora que consiga tornar os alunos surdos como protagonistas do processo de ensino aprendizagem.

Os sistemas educacionais para esta realidade, que se apresenta modificam a organização e o funcionamento das escolas e as práticas dos professores. As mudanças são necessárias nesse contexto educacional e cabe a todos os envolvidos responsabilizar-se pela inclusão desses alunos. Os professores têm um importante papel neste contexto para que realmente haja alterações dentro e fora das escolas brasileiras.

Segundo Smolski *et al.*

Deve-se ressaltar aqui que essa é uma preocupação também de pesquisadores de outros países como na Universidade do Novo México, que estão investigando a interseção entre os Padrões Comuns no campo da Educação para Surdos, especificamente o impacto do Núcleo Comum na prática pedagógica de professores de matemática para surdos e com deficiência auditiva.(SMOLSKI *et al.*, 2020, p.8).

No Brasil, hoje, é assegurado para o aluno surdo um intérprete para suas atividades escolares, mas somente isso não basta. Também é importante se ter materiais que venham a ajudar/facilitar o entendimento dos conteúdos e principalmente professores capacitados para receber esse aluno surdo no ambiente escolar

Para Booth e Ainscow (2000) o suporte teórico necessário por meio de indicadores para a realização de práticas inclusivas de sucesso é que as aulas devem atender à diversidade de necessidades, de interesses e estilos dos alunos e alunas; os conteúdos e as atividades de aprendizagem devem ser acessíveis a todos os alunos; um conjunto de atividades que promovam a compreensão, a ação e a valorização das diferenças pode ser desenvolvido; processos que levem a participação ativa e responsável dos alunos ao longo de sua aprendizagem precisam ser promovidos; as atividades devem promover a aprendizagem cooperativa entre os alunos; as atividades de avaliação devem estimular o sucesso de todos os alunos; a disciplina na sala de aula deve estimular o respeito mútuo; as atividades de planejamento, de desenvolvimento e de revisão do ensino devem realizar-se de forma colaborativa; os professores devem incentivar a participação e se responsabilizarem pela promoção e apoio à aprendizagem dos alunos; os profissionais de apoio devem facilitar a aprendizagem e incentivar a participação de todos e todas; as tarefas e os deveres de casa devem contribuir para a aprendizagem de todos os alunos. Se esses indicadores são genéricos e não atendem as especificidades dos alunos surdos, como poderão ser eficazes na aprendizagem?

É importante salientar que o professor que desenvolve seu trabalho em turmas que existe a inclusão de surdos, precisa ter um olhar diferenciado para desenvolver seu trabalho. Realizando um planejamento acessível para todos os alunos que estão compondo a turma, tentando integrar todos, para um trabalho em grupo e dinâmico. Sabe-se das dificuldades de trabalhar com os alunos inclusos, mas o professor precisa se atualizar, porque é muito mais fácil se ele conseguir trabalhar diretamente com o aluno que tem a deficiência, porque muitas vezes a intérprete só consegue repassar para os alunos o que ela consegue captar entender, pode ser que isso acabe prejudique os alunos que já tem essa necessidade especial.

Segundo Souza (2009), os alunos surdos possuem dificuldades tanto na leitura como na escrita e muitas vezes são marginalizados sofrendo a exclusão no ambiente escolar. Para que se tenha uma Escola realmente inclusiva ainda se tem um longo caminho a percorrer e é fundamental que o professor faça parte desse processo com oportunidades de qualificação.

As instituições devem investir em formações que apresentam atividades práticas e envolventes, que haja interesse por parte dos professores em buscar novas formas para integrar seus alunos surdos com os demais alunos em sala de aula. Já a algum tempo vem-se falando na qualificação docente para melhor atender esses alunos, mas o que se percebe é que a grande maioria dos professores não está qualificado para trabalhar com alunos surdos, talvez por falta de recursos didáticos que venham a facilitar o seu trabalho.

Segundo pesquisa realizada por Oliveira *et.al* (2012), 70% dos 14 professores entrevistados no seu estudo afirmaram que não tiveram, na sua formação, acesso ao ensino para lidar em sala de aula com alunos portadores de necessidades especiais. Ainda, Bueno (1993) afirma que isso ocorre muitas vezes devido ao desconhecimento de Libras e de Braille por parte do professor, ou seja, não foram preparados para trabalhar com alunos surdos, cegos, com síndrome de Down e/ou autistas. Isso confirma a falta de qualificação no que tange a ações mais inclusivas desses professores, quando estavam na graduação, ou seja, esses professores não foram e não estão sendo preparados de maneira adequada para trabalhar de forma inclusiva.

Políticas públicas governamentais voltadas à integração dos alunos surdos aos sistemas educacionais regulares estão sendo oferecidas e tem demonstrado bons resultados, mostrando como é positiva a convivência escolar desses alunos com alunos sem problemas de surdez, mas se faz necessário investimento na formação inicial e continuada de docentes e em materiais didáticos para o ensino aprendizagem de alunos surdos. Se forem oferecidos recursos pedagógicos inclusivos e capacitação aos professores pode-se começar a mudar essa situação atual vivida pelos professores.

Metodologia

O estudo foi desenvolvido pelos pesquisadores e teve uma abordagem de investigação do tipo qualitativo, utilizando como uma das fontes principais de dados, entrevistas com professores (JONES *et. al.*, 1996). Conforme prevê a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), o presente estudo foi encaminhado para aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões com o número de protocolo no CAAE 48387821.2.0000.5354. As entrevistas seguiram a metodologia de Carmo e Ferreira (1998), em relação ao cuidado na formulação das perguntas e na forma mediatizada de contatar com os inquiridos e ocorreram de forma remota via formulário do google. O público alvo da investigação

foram professores que atuam em escolas públicas da educação básica localizadas na região de abrangência da 14ª Coordenadoria de Regional de Educação-CRE, compostas por 11 municípios (Cerro Largo, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Guarani das Missões, Salvador das Missões, Santo Ângelo, São Miguel das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões). A análise e interpretação foi baseada em “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, p. 38). O tratamento dos resultados, inferência e interpretação e se caracterizará pelo uso da intuição, da análise reflexiva e crítica (BARDIN, 2009). Foram pontuadas e registradas as condições básicas para a investigação: embasamento teórico; levantamento de fontes escritas sobre a temática; elaboração do roteiro de entrevista; levantamento de dados quanto às metodologias inclusivas utilizadas. Em seguida realizada a transcrição das entrevistas e a análise destes dados com algumas percepções colhidas por meio dos questionários.

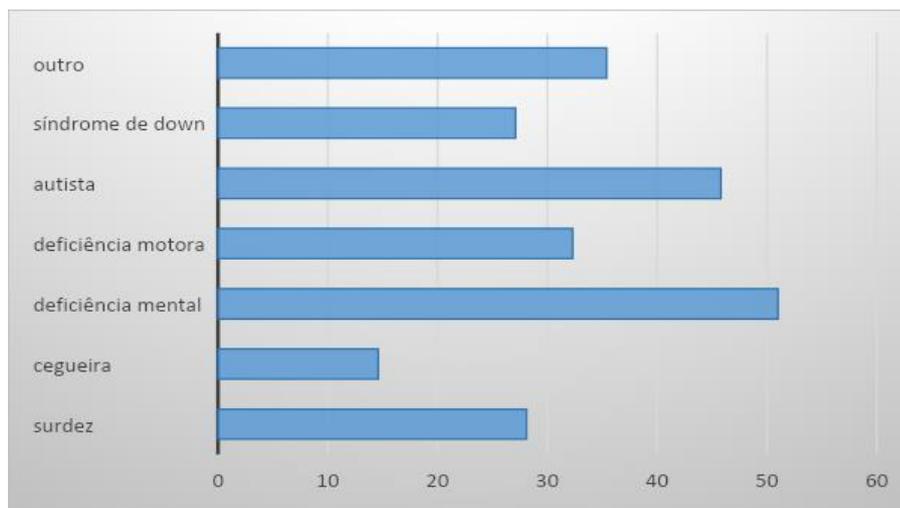
Resultados e Discussão

Após aplicação do questionário, as respostas dos professores 96 respondentes foram analisadas e são apresentadas a seguir.

Quanto à questão 1: você tem ou já teve alunos com deficiência incluídos em sua sala de aula regular? Os professores disseram que 94,8% já tiveram alunos com alguma deficiência, incluído e 5,2% responderam que não. Desta forma nota-se a importância deste estudo, pois estes resultados vão ao encontro da justificativa.

Para a questão 2: se sim, qual ou quais as síndromes ou deficiências que seus alunos possuíam? Para essa pergunta, as respostas estão dispostas no gráfico 1.

Gráfico 1: Questão 2.



Fonte: autores

Os professores que tiveram alunos com algum tipo de deficiência listaram: 28,1% de alunos com surdez; 14,6% com cegueira; 51% deficiência mental; 32,3% deficiente motora; 45,8% autista; 27,1% síndrome de down e 35,4% com outro tipo de deficiência não relacionada na pesquisa. Percebe-se que a incidência de alunos com deficiência mental é predominante seguida de outro tipo de deficiência e deficiência motora. Alunos com problemas de surdez ficaram em quarto lugar. Nessa questão, os professores poderiam escolher mais de uma opção. Fica evidente que no futuro se deva ampliar a pesquisa na região para outros tipos de deficiências, pois é uma necessidade regional pelos dados apresentados no gráfico 1.

Para a terceira pergunta: na sua opinião, deve-se ter um planejamento adaptado/diferenciado e um processo de avaliação adaptada/diferenciada para alunos com deficiência incluídos na sala de aula regular?

Para a questão 3, observa-se que os professores, com 95,8% tem a percepção que o planejamento deve ser adaptado/diferenciado e que o processo de avaliação também deve ser adaptado/diferenciado para alunos com deficiência incluídos na sala de aula regular. Apenas 4,2% responderam que tanto o planejamento quanto a avaliação deve ser igual aos demais alunos.

Para a questão 4: você acha que os alunos com deficiência auditiva deveriam ter uma turma/sala de aula específica para poder ter mais qualidade de ensino?

A percepção dos professores para essa questão é mais homogênea com 59,8% dizem haver a necessidade de uma sala especial para os alunos com surdez e 40,2% disseram que não, todos devem estar na mesma sala de aulas sem distinção.

Talvez essa percepção se deva à falta de conhecimento dos professores em relação a esse assunto. O que fica mais evidente nas respostas da questão 4: você tem conhecimento sobre a legislação vigente que trata sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva? Para os professores, 55,4% disseram que têm conhecimento sobre a legislação, mas 44,6% responderam não ter conhecimento. Souza e Góes (1999) pensam que o processo de inclusão está deficitário porque os professores não se sentem preparados para esse desafio por não conhecerem a língua de sinais.

A pergunta 5: Você tem conhecimento sobre a legislação vigente que trata sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência auditiva?

O percentual de 54,2% dos professores, relataram que tem conhecimento da legislação, enquanto 45,8% não tem conhecimento.

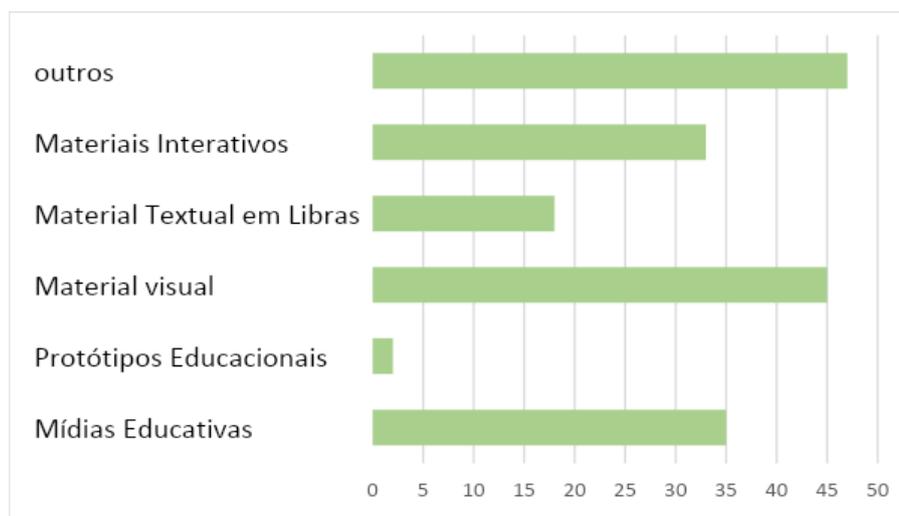
Em relação à questão 6: você considera que a inclusão acontece efetivamente nas escolas? O que fazer para melhorar? Para esse questionamento obteve-se algumas respostas que serão consideradas a seguir:

Alguns professores consideram que não ocorre efetivamente a inclusão. Para outros, deve-se “trabalhar mais com esses alunos incluindo eles na turma e ensinando os outros a trabalhar junto”. Relataram que: “precisamos de mais capacitação para isso”; “formação na área gratuitamente para os professores”; “precisamos de ajuda de profissionais habilitados e de materiais específicos para cada deficiência para auxiliar na proficiência”. Nota-se que estão preocupados em se qualificar e também melhorar o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. Disseram que: “precisam conhecer a necessidade de cada aluno com um plano educacional individualizado” e que essa melhora “não está acontecendo efetivamente por falta, principalmente de monitores ou intérpretes” e que se deve “investir mais em acessibilidade e cursos de formação”.

Segundo os professores pesquisados, 57,6% deles usa alguma metodologia específica nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos e 42,4%, não usa. Aqui na questão 6, houve praticamente um equilíbrio nas respostas, o que demonstra uma relação com as respostas da questão 4.

Para a questão 7: quais produtos educacionais você usa nas práticas pedagógicas com alunos surdos? As respostas estão dispostas no gráfico 2.

Gráfico 2: Questão 7



Fonte: autores

Observa-se no gráfico 2 que apenas 2,1% dos professores utilizam protótipos para suas aulas, mas recorrem a materiais visuais com 46,9%. A maioria com 49%, disseram que usam outro tipo de material e 18,8% utilizam material textual em Libras. Mídias educacionais e materiais interativos somados resultaram em 70,9%. Nessa questão, os professores poderiam escolher mais de uma opção. Segundo Picanço, Andrade Neto e Geller(2022), ressalta-se algumas possibilidades de aplicações de recursos digitais de Tecnologia Assistiva (TA) conjecturadas pelos autores para o ensino de Física e como esses recursos fazem parte de uma abordagem pedagógica desenvolvida e aplicada em uma Escola Especial para surdos da cidade de Porto Alegre – RS. Vê-se aqui a importância de novos recursos no ensino de surdos.

Na questão 8: você usa alguma metodologia específica nos processos de ensino e aprendizagem dos alunos inclusos? Nessa questão, houve praticamente uma igualdade entre quem usa 52,2% e de quem não usa com 47,8% das respostas. Fica evidenciado que um grande número de professores não utiliza metodologias adequadas para o ensino de alunos surdos. Ou por desconhecer essas metodologias ou por falta de qualificação no que tange ao ensino para esse público alvo.

Já para a pergunta 9: quais metodologias específicas usa?

Essa pergunta chegou a diversas respostas diferentes, sendo necessário uma análise mais detalhada para conseguir, desenvolver um trabalho de formação com os professores, que demonstram o interesse em participar dos cursos de formações.

Muitos professores responderam que não usam metodologias específicas para trabalhar com seus alunos inclusos em sala de aula regular. Também responderam que as intérpretes seriam uma metodologia a ser desenvolvida, assim como o material diferenciado. Uma professora respondeu: “inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.”

Para Pires e Bornhold (2022), material diferenciado tem que ser investigado mais a fundo. Historicamente as metodologias adequadas para surdos em comparação com as metodologias para ouvintes, é muito incipiente e com as novas tecnologias devem ser ainda mais desenvolvidas.

O professor deve se ater para um planejamento que inclua os alunos, tanto ouvintes como os surdos.

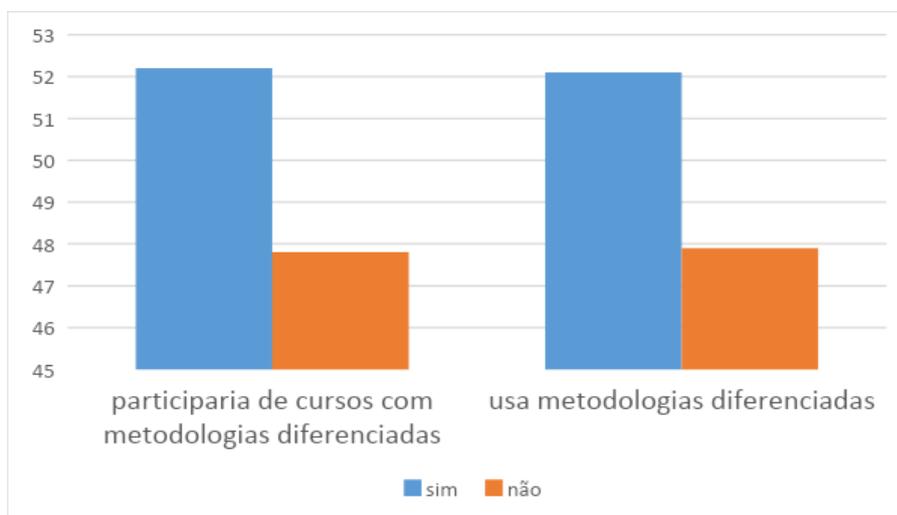
Pires e Bornhold (2022)

As atividades visuais facilitam a aprendizagem dos alunos surdos, brincadeiras e mídias educacionais, jogos além do atendimento individualizado. As atividades lúdicas são salientadas como uma forma de desenvolver um trabalho mais dinâmico, planejamentos realizados juntamente com o AEE (sala de recursos com um professor especializado para trabalhar com as deficiências), que dá apoio e suporte aos professores da área. (PIRES e BORNHOLD, 2022, p.32)

O professor deve considerar o estágio de aprendizagem de seus alunos para melhor planejar e oferecer possibilidades de práticas mais adequadas para um ensino e aprendizagem mais inclusivo.

A questão 10: você participaria de cursos com metodologias inclusivas para deficientes auditivos? Com 52,1% das respostas os professores disseram que sim, participaram de cursos de formação e 47,9% disseram que não. Essa questão está relacionada com a questão 8 e seu resultado ficou próximo também, conforme ficou demonstrado no gráfico 6. No trabalho de Alves e Menezes Junior (2022), desenvolvido com 29 participantes, vários contrapontos entre o instituído e o instituinte (espaço físico, formação em Libras e continuada, regime de contratação, valorização profissional) foram nitidamente observados. Concluiu que, em função da Lei 10.436/2002 e Dec. 5.626/2005, houve alguns avanços na Educação Especial nas últimas décadas, contudo, inúmeras deficiências da educação brasileira e conseqüentemente da Educação Especial evidenciam as fragilidades e assimetrias entre a legalidade e a realidade concreta vivenciada pelos alunos surdos.

Gráfico 3: comparativo entre as questões 8 e 10



Fonte: autores

No gráfico 3 ficou demonstrado que a porcentagem dos professores que não usam metodologias diferenciadas está diretamente ligada a porcentagem dos professores que não tem interesse em se qualificar em metodologias inclusivas. Isso evidencia a falta de interesse por parte deles? Ou a falta de informação em relação a esse assunto? Não se sabe por qual motivo isso ocorre, mas deve-se investigar mais a fundo.

A questão 11: se já teve algum aluno com deficiência auditiva, lhe foi disponibilizado um intérprete de Libras? O resultado para essa pergunta não deixa dúvida para o problema encontrado pelos professores em relação a disponibilidade de intérpretes de Libras para as escolas. Apenas 24% dos professores relataram que tiveram à disposição um intérprete de Libras para interpretar seus conteúdos para os alunos surdos e 76% disseram que não.

Para a última pergunta: você acredita que usar metodologias diferenciadas para alunos com deficiência auditiva é uma forma de inclusão ou exclusão? Aqui, os professores com 94,8% acreditam que usar metodologias diferenciadas é uma maneira de inclusão, mas 5,2% não acreditam nisso. Essa porcentagem se contradiz com as respostas referentes às questões 8 e 10.

Considerações finais

Com este estudo, espera-se situar o professor no contexto inclusivo e para isso é preciso ter abertura e aceitação ao diferente para que as ações possam influenciar. De

nada adiante sensibilizações e formações sem aceitação do professor. O professor precisa ser mais consciente e aberto para novas práticas inclusivas e senso crítico com vistas na melhoria do ensino em nível básico. Deve ampliar suas habilidades de organizador, mediador e incentivador do uso das tecnologias educacionais no processo inclusivo de ensino-aprendizagem de alunos surdos, possibilitando a inserção desse aluno num ambiente de aprendizagem mais inclusivo e conseqüentemente maior independência do professor em relação ao intérprete de Libras.

Para isso é preciso estimular os professores da Educação Básica, por meio de formações, seminários, mostras de trabalhos, para que elaborem suas práticas pedagógicas com metodologias mais inclusivas; que o professor seja mais proativo frente às ações pedagógicas mediadas por tecnologias para melhorar o processo de ensino dos alunos surdos; torne seu aluno protagonista da construção do seu conhecimento e da sua aprendizagem; e inserção do docente em núcleos de estudos que contemplem as necessidades para a inclusão tanto do professor quanto do aluno.

Fica evidente que no futuro se deva ampliar as pesquisas na região para outros tipos de deficiências, pois é uma necessidade regional pelos dados apresentados, que mostram que ainda se tem muito a contribuir com o processo de ensino aprendizagem de alunos com necessidade especiais.

Espera-se que a inserção desses alunos surdos no contexto escolar seja mais inclusivo, tanto para ele como para o docente que deve estar em constante busca pela qualidade de ensino, proporcionando maior autonomia para si em relação ao intérprete de Libras e conseqüentemente tornar o aluno mais independente na busca pela aprendizagem. Também, que os professores ampliem os resultados encontrados como disseminadores e por último, a expectativa é de que os resultados favoreçam o empoderamento do professor, em relação às práticas inclusivas.

Referências

- ALVES, I. M.; MENEZES JÚNIOR, A. S. Formação de Professores para Surdos no Contexto Sociopolítico Atual. **Revista Conjecturas**, vol. 22, nº 1, jan./fev. 2022.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BOOTH, T; AINSCOW, M. Perspectivas Sobre a Inclusão da Educação à Sociedade. **Coleção Educação Especial. Educação Inclusiva: as boas notícias e as más notícias**, 2000. Baixado
- <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/semana%20pedagogica%202010/Especial/inclusao.pdf>. Acessado em 03 de junho de 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 set. 2020. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm. Acesso em: 08 jan. 2022.

BUENO, J.G.S. **Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente.** São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.

CARMO, H.; FERREIRA, M. M. **Metodologia da Investigação** – Guia para Autoaprendizagem. Universidade Aberta: Lisboa, 1998.

FRANZIN, R. F.; GELLER, M. Ações pedagógicas colaborativas e inclusivas na percepção do professor da educação básica e intérprete de libras no processo de formação continuada. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.10, n.30, p. 361, 385, 2019.

FRANZIN, R. F.; ZWAN, L. D.; CALLEGARO, M. Educação inclusiva de surdos e o contexto tecnológico na educação básica: uma experiência do projeto. ENCITEC - **Ensino de Ciências e Tecnologia em Revista** - Santo Ângelo - Vol. 10, n. 1, p. 09-24, jan./abr. 2020.

GIL, Rita Sidmar Alencar. **Educação matemática dos surdos: um estudo das necessidades formativas dos professores que ensinam conceitos matemáticos no contexto de educação de deficientes auditivos em Belém do Pará** / Rita Sidmar Alencar Gil, orientador Prof. Dr. João dos Santos Protázio. –Belém, 2008.

JONES, A.; SCANLON, E.; TOSUNOGLU, C.; ROSS, S.; MURPHY, P.; GREENBERG, J. **Evaluating CAL at the Open University: 15 Years On.** Milton Keynes: Computer-Assisted learning research group of the open University. (Technical Report 158), 1996.

NASCIMENTO, Fabio Rogério Ferreira Marques do; NASCIMENTO, Jônatha Lisboa Galvão do; SOUZA, George Dias de; CAVALGANTI, Renata dos Santos. Quais os desafios que o professor enfrenta para ensinar aos alunos surdos?.Anais **II CONEDU**. V.1, 2015. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/anais.php>. Acesso em: 24 fev. 2022.

OLIVEIRA, E. S; SILVA, T. P.; PADILHA, M. A. O.; BOMFIM, R. S. Inclusão social: professores preparados ou não? **Polêm!ca Revista Eletrônica**. v. 11, n. 2, 2012.

Picanço, L.T., Andrade Neto, A. S., & Geller, M.(2022). A mediação cognitiva por meio de recursos digitais de Tecnologia Assistiva para estudantes surdos: realidade, expectativas e possibilidades. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, 30, 50-72. DOI: 10.5753/rbie.2022.2395.

PIRES,G. R. S.; BORNHOLD, R. Metodologias e ensino de ciências para surdos. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.8, n.01, jan. 2022.

SMOLSKI, L. C. J.; FRANZIN, R. F.; SANTOS, A. V.; STRACKE, M. P. Terminologias matemáticas em Libras: a geometria plana e espacial. **Revista Insignare Scientia**. Jul./Dez. 2020

SOUZA, Maria Clara de Melo Magalhães. **Dificuldades no Ensino da Matemática para Surdos**. Brasília, 2009.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. **O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão.** In SKLIAR, C. (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos 1. ed. Porto Alegre: Mediação, v. 1, 1999. p. 163-188.

Submissão: 23/08/2022. Aprovação: 18/09/2022. Publicação: 24/09/2022.